

I – PROFESSORES: Pedro Gomes Andrade e Lara Marina Ferreira

II – TEMA GERAL: Estudo de precedentes e de casos paradigmáticos de direito eleitoral.

III – OBJETIVO: O direito eleitoral é um ramo do direito brasileiro que, verdadeiramente, impacta os próprios destinos políticos da nação. A sua melhor compreensão contribui não somente para a formação de melhores juristas, mas, também, de melhores cidadãos. Temos, portanto, como objetivo, a capacitação dos alunos para compreender as regras mais recentes aprovadas relativas aos pleitos eleitorais no Brasil, esclarecer casos e precedentes recentes que impactaram a jurisprudência eleitoral, bem como prepará-los para os próximos pleitos eleitorais de 2020 (eleições municipais) e 2022 (eleições gerais). Buscamos, assim, contribuir para a formação de novos advogados especializados em direito eleitoral em Minas Gerais.

IV – TEMAS ESPECÍFICOS: Direito Eleitoral na Constituição de 1988. Princípios de Direito Eleitoral. Organização da Justiça Eleitoral Brasileira. Sistemas Eleitorais, organização de partidos políticos, financiamento de campanhas. Estudo do conflito entre as condições de elegibilidade e a inelegibilidade vs. o direito fundamental de se candidatar e de ser eleito. Casos de inelegibilidade no Brasil. Inelegibilidades constitucionais vs. legais; absolutas vs. relativas; diretas vs. reflexas. A Lei da Ficha Limpa. Inelegibilidade decorrente de corrupção ou de abuso de poder político-econômico. Impugnação de registro de candidatura e/ou de mandato eletivo. Restrições e perda de direitos políticos, crimes de responsabilidade. Estudo de casos paradigmáticos e de precedentes judiciais recentes dos tribunais eleitorais brasileiros e do STF. Análise comparada dos precedentes brasileiros com julgados paradigmáticos de outros países e de tribunais internacionais. Ex.: Caso Lula (Brasil / Comitê de Direitos Humanos da ONU), Caso Jordi Sanchez (Espanha / Comitê de Direitos Humanos da ONU), Caso Alexei Navalny (Rússia / Tribunal Europeu de Direitos Humanos), Caso Jean Pierre Bemba (República Democrática do Congo / Tribunal Penal Internacional). Relação entre o Direito Eleitoral Brasileiro, o Direito Comparado e o Direito Internacional.

V – METODOLOGIA: Aulas expositivas, leitura de textos selecionados, leitura de julgamentos relevantes dos tribunais.

VI – AVALIAÇÃO: Presença em sala de aula, pontualidade, participação nos debates coletivos, capacidade de demonstrar conhecimento acerca dos precedentes judiciais indicados.

VII – CARGA HORÁRIA: 18 (dezoito) horas/aula (01 crédito acadêmico).

VIII – CRONOGRAMA: 09 encontros

Mês	Dias de aula
Março	26
Abril	09, 16, 23, 30
Maiο	07, 21, 28
Junho	04

IX – PARTICIPANTES: Para toda comunidade acadêmica da DHC.

X – INSCRIÇÕES:

- Somente de **01/03 a 15/03 de 2019**, por meio do Portal Acadêmico.
- **Alterações e cancelamento: 25/03 a 29/03 de 2019**, através do Portal Acadêmico.

A) Para contar como Seminário Temático:

1º) efetuar pagamento de custos no valor total de **R\$ 195,00** (Cento e noventa e cinco reais).

➤ À vista: o custo total será incluído no boleto de **Maiο**.

➤ A prazo: o custo total será dividido em 2 parcelas a serem debitadas nos boletos de **maio e junho de 2019**.

➤ O aluno beneficiado pelo FIES, de acordo com as regras deste financiamento, deverá efetuar o pagamento através do boleto bancário.

2º) participar com, no mínimo, 75% de presença;

3º) ser aprovado com, no mínimo, 65 pontos.

B) para contar apenas como “Atividade Complementar”:

1º) o seminário é gratuito.

2º) participar com, no mínimo, 75% de presença;

3º) ser aprovado com, no mínimo, 65 pontos.

C) A inscrição em Atividades Complementares em horários sobrepostos invalidará ambas as atividades.

D) A oferta deste seminário está condicionada ao número mínimo de 20 inscritos.

XI – VAGAS: 50 para a modalidade Seminário e 05 vagas para Atividade Complementar